

AS PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM: OS FUNDOS DE VALE EM BAURU

THE BOTTOM VALLEYS OF BAURU – THE MAINTENANCE OF A NATURAL STRUCTURE

CONSTANTINO, Norma Regina Truppel

Professora doutora. Universidade Estadual Paulista – FAAC-UNESP. E-mail: nconst@faac.unesp.br

RESUMO

A relação do homem com a paisagem está fortemente presente desde o início da história registrada da cidade de Bauru. Os fundos de vale coincidem com os limites das antigas fazendas dos pioneiros da região. A posterior subdivisão em glebas e o loteamento destas áreas irão influenciar na conformação urbana. A legislação urbanística implicará na formação da paisagem que se desenha e se redesenha continuamente.

Palavras-chave: Paisagem urbana, fundos de vale, legislação urbana.

ABSTRACT

The relationship between man and landscape has been strongly present since the beginning of the registered history of Bauru city. The bottom valley coincided with the limits of the old pioneer farmers of this region. The posterior subdivision and the estate of these areas are going to influence the urban design. The urban legislation will be notice in the formation of the landscape which is designed and redesigned continuously.

Key words: *Urban landscape, bottom valley, urban legislation.*

Introdução

A cidade de Bauru apresenta uma paisagem homogênea, com um relevo suave, sem qualquer destaque além do quadriculado contínuo, interrompendo-se ao encontrar os fundos de vale ou as rodovias e os trilhos da ferrovia. Estes córregos fazem parte da bacia do Rio Bauru, tributário do Tietê. Para procedermos o reconhecimento da paisagem urbana é necessário conhecermos a história do lugar, além dos processos naturais que agem na cidade e impõem um limite para a ocupação do solo, além de como esta paisagem foi socialmente produzida. O objetivo deste artigo, baseado na tese de doutorado apresentada a FAUUSP em 2005, foi a compreensão de como foi sendo construída a paisagem de Bauru ao longo de um século, com ênfase nos fundos de vale dos córregos que cortam a cidade.

Para esta compreensão é necessário analisar que Bauru faz parte de uma rede de cidades surgidas no Oeste Paulista, no final do século XIX e início do século XX. Dois autores foram essenciais para esta leitura: Pierre Deffontaines, que em 1938 escreveu “*como se constituiu no Brasil a rede de cidades*”, observando que em São Paulo, as estradas de ferro surgiram em geral nas cristas das bacias fluviais – os espigões – e se afastavam dos fundos de vale; e Pierre Monbeig, que em 1984 observa as mesmas características geográficas no Oeste Paulista e Norte do Paraná. A conquista do Oeste Paulista e Norte do Paraná, visando novas terras para o plantio do café fez com que surgissem muitas povoações, e mais tarde, importantes cidades.

Podemos considerar que muitas cidades cafeeiras, especialmente no Estado de São Paulo, foram constituídas a partir de um patrimônio religioso – o caso de Bauru. Geralmente era escolhido o sítio de melhor situação geográfica para a construção da capela, sendo deixado um espaço para o largo. Entretanto no Oeste Paulista, outras cidades surgiram a partir da chegada da ferrovia, desenhadas pelo arruador em solos laicos. Como é o caso das cidades formadas ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, cujo ponto de partida era Bauru. Seguindo o divisor de

águas do Tietê/Aguapeí-Feio, as povoações da Noroeste foram implantadas em pontos baixos, próximas aos cursos d'água, com a Estação presidindo todo o espaço urbano.

Ao longo do trabalho, tentamos responder a algumas questões: Como era a paisagem original? Como a legislação influenciou na construção da paisagem de fundos de vale?

Como era a paisagem original?

A região de Bauru era considerada até o final do século XIX como “sertão desconhecido”, não sendo abrangida por sesmarias, e seus limites eram imprecisos. Por volta de meados do século XIX, uma primeira corrente de povoamento veio a se fixar no chamado sertão de Bauru, composta principalmente por pioneiros vindos de Minas Gerais. Foi Pedro Francisco Pinto que, em 1840, organizou uma expedição de reconhecimento e colonização da terra, partindo de Botucatu rumo ao noroeste, e encontrando o Rio Batalha, iniciou uma lavoura até ser trucidado pelos indígenas em 1848. Em 1850, Sebastião Pereira realizou nova incursão para explorar os afluentes da margem esquerda do Rio Tietê, e encontrando o Rio Bauru, ali fez uma lavoura, marcando a posse da terra. Quando partiu em busca de novas fronteiras, deferiu a posse de suas terras a outros pioneiros. Antonio Teixeira do Espírito Santo em 1856 constituiu a Fazenda das Flores. Em 1884, doa ao santo de sua devoção, 57 hectares e 25 ares de terra com a finalidade de formar o Patrimônio de São Sebastião do Bauru, núcleo inicial da cidade. Em 1893 é doada mais uma parte de terras para o Patrimônio de Bauru, pelo proprietário da Fazenda Grande. Na leitura do Memorial Descritivo observa-se que todos os pontos de referência são os acidentes geográficos, principalmente os rios e ribeirões, suas vertentes e espigões divisores de águas.

Na pesquisa realizada levantou-se a hipótese de que poderíamos estabelecer os limites das fazendas originais que circundavam o patrimônio religioso, através da pesquisa nos Cartórios de Registro Imobiliário de Bauru. Para tanto, procedeu-se o levantamento do memorial descritivo de cada loteamento, no qual encontrava-se citado o nome da fazenda original, o seu perímetro e principais confrontantes. O desenho resultante do conjunto dos loteamentos originários de uma determinada fazenda permitiu a visualização de sua forma, limites e área abrangida.

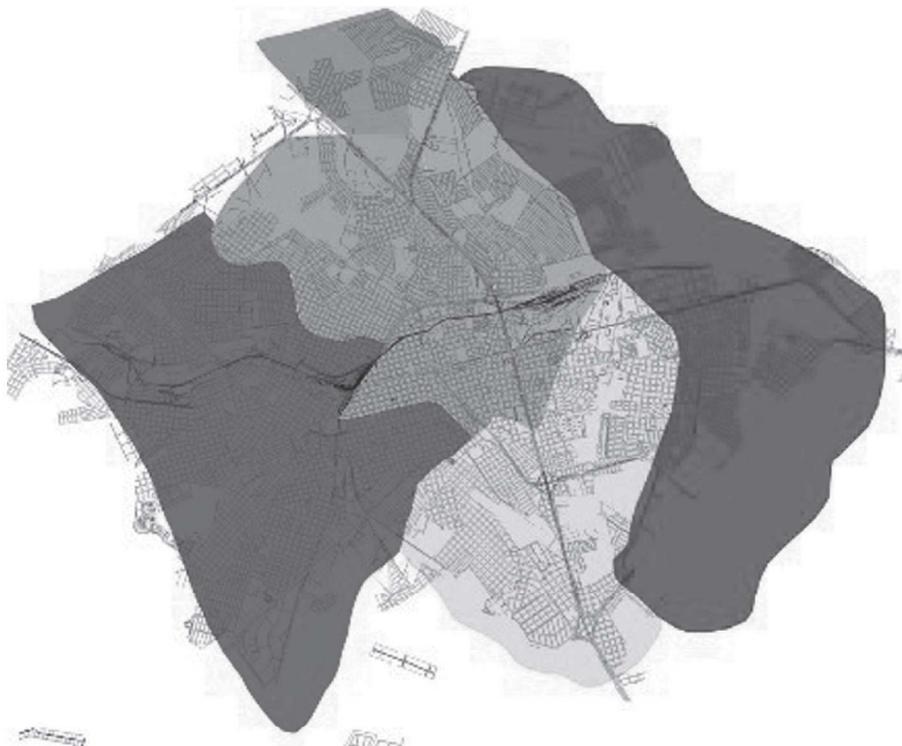


Figura 1: Fazendas originais no perímetro urbano atual de Bauru

Confirmando-se a hipótese levantada, observa-se que os limites eram conformados pelos espigões: os lados alongados são geralmente as linhas do divisor de águas entre as duas bacias hidrográficas secundárias. Este traçado permite às necessidades de todos os fazendeiros de ter acesso à água e aos altos dos espigões: os espigões da bacia do Córrego Barreirinho conformam a Fazenda Barreirinho; os espigões da bacia do Córrego das Flores conformam a Fazenda das Flores, confrontando com a Fazenda Grande ou Água Parada e Bauru – Batalha; os espigões da bacia do Córrego Água Comprida conformam a Fazenda Campo Redondo; e os espigões da bacia do Córrego Vargem Limpa delimitam a Fazenda Vargem Limpa. As fazendas acima citadas ocupavam a região conformada pelo atual perímetro urbano.

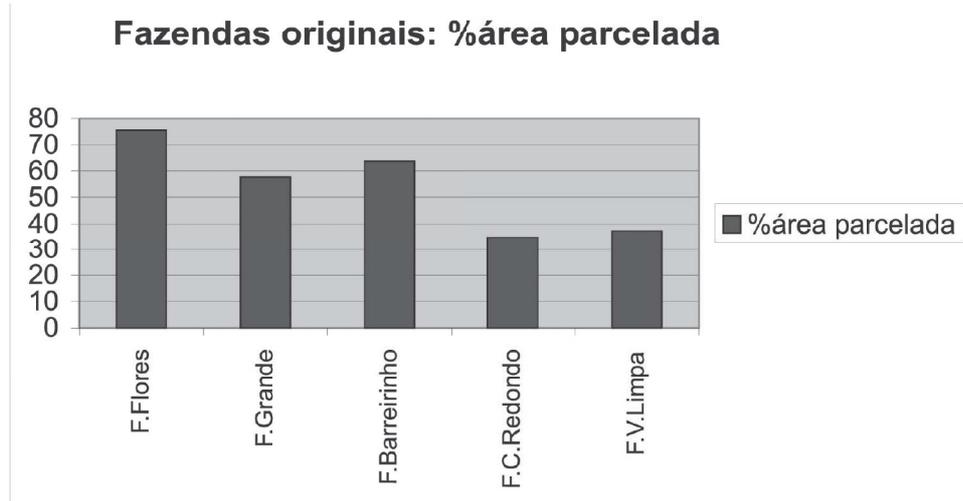
Os fazendeiros mais ricos encontram, na forma das fazendas, uma possibilidade para associar a cultura cafeeira, localizada junto ao espigão, com a criação de gado, esta nas pastagens que se formam nos fundos de vale e nas partes inferiores das encostas. Outros desembaraçam-se das partes impróprias para o café, vendendo-as a sitiantes e conservando somente as partes altas das fazendas. Muitas das primeiras fragmentações das glebas foram adquiridas por imigrantes espanhóis, japoneses e italianos, que foram atraídos para o oeste paulista para trabalhar na lavoura e conseguiram arrecadar um pequeno capital para a aquisição de seus sítios. No traçado dos sítios continua-se aplicando o sistema utilizado a fim de assegurar o acesso, ao mesmo tempo, à água e ao espigão, utilizados como fronteiras naturais. Cortam-se as vertentes dos pequenos vales em faixas perpendiculares aos córregos.

A Sorocabana, visando um plano mais amplo que tinha como meta atingir o Mato Grosso, chegou a Bauru em 1905, entrando pelo sul da cidade, paralelamente ao Córrego Água da Ressaca e depois ao Ribeirão Bauru, *“... aproveitando áreas planas das baixadas de forma a evitar rampas que onerariam seu custo de construção, exigiram menos desapropriação em áreas privadas e, devido ser em áreas alagadiças, teriam baixo preço”*. Os trilhos, junto ao Ribeirão Bauru, reforçam a segregação, garantida pelo relevo natural do vale. O novos bairros que irão surgir a norte e oeste, terão como barreiras de difícil transposição, o rio, os trilhos e o pátio ferroviário, isolando-os de forma quase completa da área patrimonial. A inserção da Noroeste na trama urbana reforçará os problemas causados pela Sorocabana, completando o isolamento do futuro setor norte com o patrimônio. A Estrada de Ferro Paulista irá chegar em 1910, vinda da direção leste, e cortando as principais vias da cidade, obrigando o fechamento de algumas ruas. A Câmara acata integralmente a proposta da Companhia Paulista, exigindo apenas que fosse *“... a ponte da rua Araujo Leite, da largura da rua ressaltando as calçadas”*, reforçando uma barreira que vai completar a segregação já existente pela topografia de fundo de vale, em direção ao setor oeste e norte da cidade. O início dos trabalhos da construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em julho de 1905, foi saudado pelos habitantes de Bauru, como a grande oportunidade para se integrarem à prosperidade do estado de São Paulo; nesta época Bauru contava com 200 casas e 600 habitantes. A partir do momento em que se definiu Bauru como o ponto de partida dos trilhos com destino a Mato Grosso, a cidade começou a se transformar em um ritmo febril, com novas construções destinadas a abrigar os administradores e todo o pessoal da estrada de ferro.

O engenheiro Sylvio Saint-Martin, encarregado do reconhecimento dos primeiros 100 quilômetros da ferrovia a partir de Bauru, em novembro de 1904, descreve a cidade, que *“... continua a aumentar rapidamente, que atualmente sua população deverá atingir 6.000 habitantes com 1.500 casas de boa construção moderna, amplas ruas alinhadas, abauladas e arborizadas, possuindo além disso água encanada, rede de esgotos, rede telefônica, luz elétrica, grande igreja matriz e espaçoso grupo escolar modelo e dois teatros, matadouro modelo, três estradas de ferro com seus respectivos edifícios, oficinas, etc. Porém toda a região, independentemente da qualidade do solo, tinha uma característica muito importante para a lavoura: ... é uma das zonas mais recortadas de cursos d’água que temos visto. Pode-se dizer que não há mais de dois*

quilômetros sem veio d'água". A grande quantidade de córregos e riachos também iria facilitar o traçado da ferrovia.

No quadro e no gráfico abaixo, analisamos comparativamente os resultados dos levantamentos efetuados nos Registros dos loteamentos nos Cartórios, verificamos a porcentagem de área parcelada dentro do perímetro urbano atual, referente às áreas das fazendas originais. Na área originalmente pertencente à Fazenda das Flores, 75,5 % se encontra parcelada e é onde acontecem os maiores problemas ambientais decorrentes do processo de urbanização que não levou em conta as características naturais da paisagem.



Quadro 1: Fazendas originais – área parcelada por décadas (hectares)

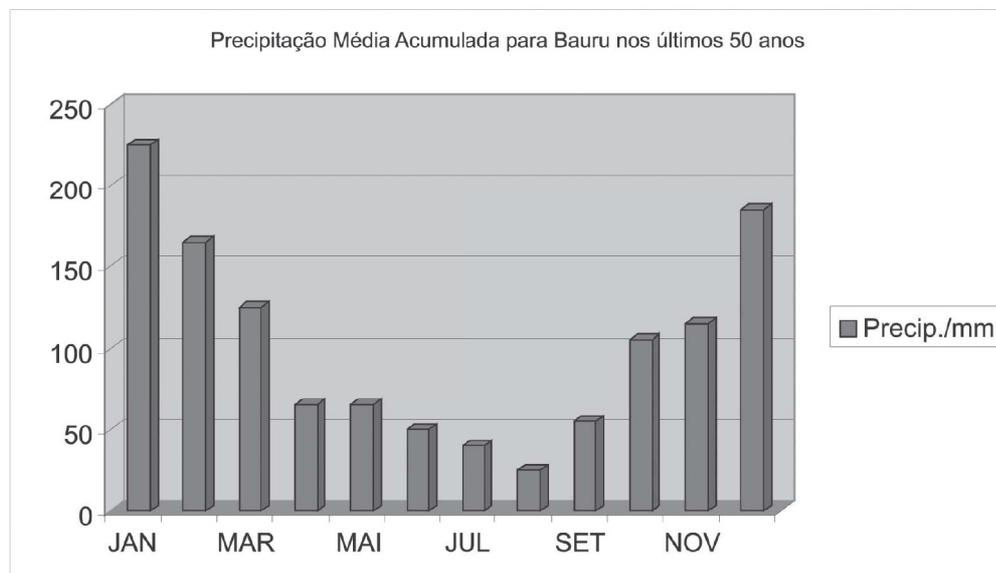


Figura 2: Gráfico comparativo das fazendas originais

Como a legislação influenciou na construção da paisagem de fundos de vale?

No processo de construção da paisagem o poder público utiliza-se freqüentemente dos métodos empregados no planejamento urbano tradicional, tratando o espaço como um vazio no qual se pode estender uma retícula infinita, sem proceder uma leitura da paisagem. No caso de Bauru, o processo de parcelamento do solo aconteceu a partir do interesse da iniciativa privada em lotear as glebas das antigas fazendas principalmente para fins residenciais, na proximidade de

caminhos, acessos importantes para o núcleo urbano original. Os loteamentos deveriam obedecer às exigências da legislação quanto ao traçado em malha regular de 88 por 88 metros, inclusive as praças, presente desde o Código de Posturas de 1897 e confirmado pelas leis municipais de 1906, 1913, 1929 e 1947. O Código de Posturas de Bauru irá se tornar a base legal para o arruamento dos povoados que foram sendo implantados ao longo da Noroeste, seguindo o modelo de traçado reticulado e as quadras regulares.

Até a década de 1920, o perímetro urbano abrangia a área do Patrimônio religioso, o restante eram as fazendas. O primeiro bairro de Bauru, a Villa Falcão, em área da antiga Fazenda Grande, nas proximidades da Sorocabana e da estrada que ligava Bauru à sede da Fazenda Val de Palmas e a Pederneiras. Para acessar o novo bairro, era necessário transpor o Rio Bauru, através de um pontilhão. Esta transposição foi objeto de muitas reclamações nos jornais da cidade, durante quase cinquenta anos, até a inauguração do viaduto em agosto de 1954. Além disso, o traçado do novo bairro não levou em consideração a estrada existente, que prosseguia até Lençóis, passando por fazendas e sítios. *“Fazem alguns meses, tendo sido levado a efeito a criação da Villa Falcão nas proximidades da Sorocabana, cujo engenheiro encarregado do alargamento das ruas, desprezou a velha estrada de rodagem e cortou-a em diversos lugares justamente onde principiava uma reta de quatro quilômetros ... Admitindo que a estética da nova villa obrigou a mudar o rumo da estrada, não se pode perdoar que não tenham levado em consideração as reclamações dos sitiantes e fazendeiros que moram para aqueles lados... obrigando os carroceiros e cavalleiros a fazer um zig-zag no meio da capoeira afim de alcançarem a estrada que vem desde Palmas,”* segundo o jornal *O Bauru*, de 14 de maio de 1916.

O aumento brusco da população faz com que a Câmara providencie a aprovação de um novo Código de Posturas Municipais em 1928, onde grande parte da lei é relativa às construções. Quanto ao parcelamento do solo, o Código era bastante liberal, dispensando os loteadores de maiores exigências, além daquelas burocráticas, como a apresentação de plantas e perfis. Para os loteadores era um negócio altamente rentável, pois não era exigida a doação de áreas verdes ou institucionais, nem mesmo as obras de infraestrutura básica.

Na formação das cidades brasileiras houve uma fase sanitarista e higienista onde as propostas de melhoramentos focalizavam pontos específicos da cidade. A partir da década de 1950 são iniciados os planos regionais, e há um crescente processo de urbanização, devido à migração campo-cidade. O Plano Diretor de Bauru, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos – CEPEU da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 1967, reafirma a importante missão do planejamento urbano visando o desenvolvimento econômico e social, afirmando que a cidade estava *“em condições de assumir importante papel na corrida para oeste da indústria”*, mas observa que: *“os loteamentos em Bauru, contornando toda a cidade, comprometem a paisagem, provocando erosões, sobretudo a futura utilização do solo, segundo as necessidades do desenvolvimento da cidade.”* Entretanto, no plano a paisagem não é lida como totalidade. A paisagem de fundos de vale não é considerada na proposta de integração entre os três setores *“segregados pela ferrovia”*. A setorização e a estruturação de zonas de uso seguem uma característica comum aos planos elaborados nessa época para as mais diferentes cidades, atendendo aos valores funcionais, e não refletindo os valores naturais e culturais. O Plano não foi implantado mas influenciou na política urbana em Bauru, principalmente quanto ao sistema viário. As grandes vias propostas no Plano inspiraram a proposta de uma rede de avenidas que interligariam os diversos setores da cidade com o centro urbano. Uma das obras executadas foi o prolongamento da Avenida Nações Unidas – uma avenida de fundo de vale – e a canalização do Ribeirão das Flores.

Até a década de 1970, Bauru, como todos os municípios brasileiros, não possuía muitos instrumentos para interferir ou direcionar a ocupação urbana, levando em conta a paisagem natural.

A partir da aprovação desta Lei Federal n.6.766/79 os municípios passam a ter maior rigor na aprovação dos projetos de parcelamento do solo, exigindo a reserva de áreas verdes e as faixas de proteção dos cursos d'água. Com o intuito de atender a estes novos preceitos, em Bauru é aprovada em 1982 a Lei 2339, que estabelece normas para o Parcelamento, Uso e Ocupação do solo. A preocupação ambiental verifica-se no artigo 5º, onde dispõe que nenhum parcelamento poderá ocorrer em áreas alagadiças e sujeitas a inundações, em terrenos com declividade superior a 30%, em áreas de preservação ecológica e, principalmente, *“ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de Domínio público das rodovias, ferrovias, será obrigatório, a reserva de uma faixa non aedificandi de 15 metros de cada lado, salvo outras exigências de legislação específica”*. Este parágrafo será alterado posteriormente, para adequar-se à Lei federal n. 7.803/89 Código Florestal, onde será reservada a faixa de 30 metros de cada margem.

Entretanto ocorre que 83% dos 303 loteamentos pesquisados em Bauru são anteriores à Lei n.6766/79, e portanto não estão subordinados às suas exigências. Até entrar em vigor esta Lei, não era obrigatória a reserva de áreas institucionais, apenas a reserva de 10% para as áreas verdes. Portanto estas áreas foram sendo usadas pelo poder Público, conforme as necessidades da comunidade, para a localização de equipamentos públicos de saúde, educação, cultura e lazer. Através da pesquisa realizada nos projetos dos loteamentos pertencentes ao Acervo Técnico Municipal, constatou-se que, para uma área total de 6.560 ha existe uma reserva de 343 ha de área verde, o que resulta em 5,23% da área total, ou seja, a metade dos 10% previstos em lei. Estas áreas não apresentam, de modo geral, qualquer tratamento paisagístico ou equipamentos para a comunidade.

Nos anos 1990 a paisagem de Bauru esteve marcada pela expansão da malha urbana, saltando espaços para onde a urbanização parecia ser de maior interesse segundo a lógica do empreendedor, permanecendo os fundos de vale desocupados mas, degradados. Os rios além de receberem toda a carga do esgoto coletado na cidade, sem qualquer tratamento, encontram-se assoreados, principalmente devido à ausência de mata ciliar. A construção dos conjuntos habitacionais toma a forma de um cercamento em torno do núcleo consolidado, com exceção da região sul, exigindo um enorme investimento em infraestrutura urbana. O fator determinante é que, em meados desta década, são aprovados doze novos conjuntos habitacionais e, de cada 10 bauruenses, 2,6 residiam em casas da Cohab.

À medida em que não se reconhecem os condicionantes físicos da paisagem como instrumentos fundamentais de ordenação do território, as conseqüências desta forma de ocupação são traduzidas como *“problemáticas.”* O número crescente de projetos e intervenções pontuais e isolados, não têm rebatimento no sistema de espaços livres das cidades. A ausência de vontade política contribuiu sobremaneira para o descaso. Os córregos desse modo, parecem não existir, negados que estão pela ocupação das suas margens e poluídos pelo lançamento de esgoto. Com as chuvas do verão transbordam, causando enchentes e prejuízos. A tendência que predominou até agora é a de remediar situações e não de preveni-las.

Em 1996 é instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Bauru, em que transpõe uma preocupação com as questões ambientais. As micro-bacias e as matas ciliares dos córregos figuram como unidades de planejamento ambiental. Pela primeira vez, os Fundos de Vale são considerados como *“elementos estratégicos na estruturação física e no desenvolvimento das funções sociais da cidade”*. E passam a figurar como elementos essenciais para as políticas de meio ambiente, de zoneamento e as programações que visem à implantação dos Planos de Parques e Áreas Verdes, Viário e de Macro-Drenagem. Nessa década, as áreas ao longo das margens dos córregos que cortam a cidade tornam-se um tema constante nos jornais da cidade de Bauru. Se de um lado foram encaradas como barreiras para a urbanização, por outro lado significam a promessa de um novo cenário urbano.

Considerações finais

Os planos para a ocupação e uso dos fundos de vale como áreas de parques lineares ou mesmo grandes áreas vegetadas para a proteção dos rios e córregos até hoje não tiveram força o bastante para serem viabilizados, apesar da existência de legislação federal, estadual e municipal sobre o tema. A ausência de vontade política, acrescido pela escassez de recursos e dificuldade de manutenção e fiscalização faz com que os fundos de vale permaneçam como vazios entre lugares.

Considerando como obras potencialmente causadoras de processos erosivos a implantação de loteamentos, núcleos habitacionais e condomínios e o asfaltamento de vias públicas, em 2002 é aprovada a Lei Municipal n.4.796, que dispõe sobre o controle e o combate de erosões. Os processos naturais que agem na cidade impõem um limite para a ocupação do solo, devendo portanto estar inseridos nas propostas urbanísticas. Quando não são observados, as conseqüências são conhecidas: enchentes, erosão, poluição. Os estudos das formas de ocupação necessitam compatibilizar tanto os aspectos técnicos, como os de drenagem urbana e sistema viário, levando em conta as condições topográficas e do solo suscetível à erosão, com as necessidades culturais e recreacionais da população. Propostas essencialmente técnicas não são mais aceitáveis, apesar de serem importantes para se conseguir a aprovação nos poderes legislativo e executivo municipais, possibilitando obter financiamentos nos órgãos federais. A questão é: até que ponto esses instrumentos afetam a compreensão da paisagem da cidade como totalidade?

É a partir dessa compreensão, ao valorizar as características próprias e as suas potencialidades, que as intervenções urbanísticas e paisagísticas poderão superar a dicotomia entre o natural e o construído. Mais do que o sistema viário e a legislação de uso e ocupação do solo, é o sistema de espaços públicos que deve ser considerado como elemento estruturador da cidade, pois apresenta funções sociais e ecológicas. O que não acontece quando são realizados apenas projetos pontuais. Para a paisagem urbana não existem receitas, fórmulas ou modelos a serem importados. Está para ser construída através da experiência das pessoas que trabalham, conhecem e vivem a cidade, mas com respeito aos processos naturais e à história do lugar, valorizando os elementos lineares dos fundos de vale e das linhas férreas e principalmente, levando em conta as necessidades estéticas, culturais e ambientais.

Bibliografia

BAURU, Câmara Municipal de Bauru. *Lei Orgânica do Município de Bauru*. Bauru, 5 de abril de 1990.

BAURU, Leis e Decretos. Lei n. 8 de 20 de dezembro de 1897. *Código de Posturas*.

_____. Lei n. 1 de 19 de fevereiro de 1906. Aprova o Código de Posturas do Município de Bauru.

_____. Lei n. 56 de 24 de janeiro de 1913. *Código de Posturas*.

_____. *Código de Posturas* de 21 de janeiro de 1928.

_____. Decreto n. 25 de 3 de junho de 1947. Regulamenta os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do *Código de Posturas Municipais*. Arruamentos e Loteamentos.

_____. Lei n.1.365 de 3 de julho de 1968. Institui o Plano Geral de Organização Urbana de Bauru.

_____. Lei n. 2.339 de 15 de fevereiro de 1982. Estabelece normas para parcelamento, uso e ocupação do solo no município de Bauru.

_____. Lei n. 4.126 de 12 de setembro de 1996. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Bauru e dá outras providências. *Diário Oficial de Bauru*, 21 de setembro de 1996.

_____. Lei n. 4.362, de 12 de janeiro de 1999. Disciplina o Código Ambiental do Município e dá outras providências.

_____. Lei n. 3.832, de 30 de dezembro de 1994. Institui o Código Sanitário do Município de Bauru e dá outras providências.

BAURU, Leis e Decretos. Lei n. 4.796 de 6 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre o controle e o combate de erosões e sobre a execução de obras em terrenos erodíveis e erodidos do Município de Bauru e dá outras providências.

_____. Lei n. 4.852, de 18 de junho de 2002. Revoga o Parágrafo Único do artigo 22, da Lei n. 4.796, de 6 de fevereiro de 2002.

_____. Lei n. 6.766 de 19 de dezembro 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

CONSTANTINO, N. R. T. *Sistema de áreas verdes para a cidade de Bauru*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 1995.

_____. *A construção da paisagem de fundos de vale: O caso de Bauru*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CONSTANTINO, N. R. T.; RIGITANO, M. H. C. *Contribuição ao estudo da paisagem urbana de Bauru*. Texto apresentado no V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. Campinas: PUCCAMP, 1998.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Boletim Geográfico*, São Paulo, v. 14, p. 141-8, 1944, v. 15, p. 229-308, 1944.

GHIRARDELLO, N. *Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 1992.

DIÁRIO DE BAURU. Coleção do Núcleo de Pesquisas Históricas da Universidade do Sagrado Coração-Bauru.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.